



9 de junho de 2017

Trabalhar pelo retorno imediato à greve geral, mais bem organizada, mais duradoura e mais potente.

Contatos: www.pormassas.org / e-mail: por@pormassas.org

Atenção às armadilhas da conciliação!

Logo que saíram os áudios da delação de Joesley Batista, o presidente Temer ficou à beira do precipício. Parecia que bastava um sopro para que caísse. A última assembleia do SINPEEM aconteceu com essa expectativa no ar. Enquanto a categoria estava reunida no Viaduto do Chá, foi anunciada a coletiva de imprensa, que alguns veículos de informação chegaram a antecipar como o momento em que seria anunciada a renúncia. Temer não renunciou. Os trabalhadores, que ansiavam pela comemoração, tiveram que controlar a euforia da quase-queda, além de suportar o informe de mais uma proposta rebaixada por parte da Prefeitura. E ouviram novamente o eufemismo da “não rejeição do acordo” ecoar como se fosse uma grande vitória.

A Corrente Proletária na Educação votou contra o acordo, que resultará em perdas salariais diante da inflação, que é superior ao índice do “reajuste”. Fora isso, tem explicado que a reação do governo Temer e das forças golpistas impediu o desfecho lógico esperado na tarde de 18 de maio. Imperaram os altos motivos econômico-financeiros que gestaram o golpe institucional e que deram lugar ao governo de exceção. As reformas antinacionais e antipopulares em curso não poderiam ser interrompidas pela crise de governabilidade. Evidenciou-se com mais detalhe a inter-relação entre o golpe e as necessidades do capital financeiro, em especial sobre a questão da dívida pública.

A impopularidade do conspirador golpista se impôs desde as primeiras horas de seu governo. Tratava-se de um governo inteiramente assentado no capital financeiro e no imperialismo. Somente poderia governar contando com a desmobilização da classe operária e com a ampla desmoralização da oposição burguesa liderada pelo PT. Teria de se valer exclusivamente do Congresso Nacional que se tornou órgão do golpe, com a fração mais poderosa da burguesia e com a imprensa monopolista.

As revelações da JBS ampliaram a crise existente. No entanto, a burocracia sindi-

cal, o PT e seus aliados da frente popular haviam desarmado a continuidade da luta das massas depois da greve geral de 28 de abril. Deram uma trégua ao governo e ao Congresso Nacional que freneticamente encaminharam as reformas da previdência e trabalhista. A burocracia marcou a manifestação em Brasília para 24 de maio, portanto quase um mês depois da greve geral.

No dia 17, explodiu a bomba da JBS. Acontecimento que potenciou a marcha a Brasília. No entanto, após a brutal repressão e a decretação do estado de exceção, o movimento foi desmontado, com a promessa de uma nova greve geral para final de junho. Mais uma vez, o desarme do combate às reformas serviram para Temer se recuperar do estrondo, tomar um fôlego e organizar a reação em defesa de seu governo.

É evidente a traição da burocracia sindical, do PT e da Frente Brasil Popular à luta contra a ditadura civil e às reformas reacionárias. O interregno dado ao governo, ao Congresso Nacional e à burguesia depois da greve geral quebrou o impulso dado pela classe operária. A solução da crise política continuou nas mãos da burguesia, seus partidos e instituições estatais.

O proletariado e as massas começavam a estabelecer um curso de independência política, por meio do qual se possibilitava derrubar as reformas e com elas o governo golpista. Os explorados perderam a grande oportunidade para golpear firmemente o governo cambaleante, graças à traição da burocracia, dos reformistas e estalinistas.

A próxima greve geral, foi marcada para o distante dia 30 de junho. Mas pode golpear o governo, como ocorreu em 28 de abril. Estamos diante do perigo de uma grande negociata. Se Temer se mantém, os golpistas avançarão as reformas. Se Temer não se sustenta, as forças golpistas já têm preparada a sua substituição por um representante que esteve no golpe e que tocará para frente as reformas. A possibilidade de se convocar a eleição direta é a menos provável. O PT e aliados apresentam essa saída à burguesia como a melhor para legitimar um novo governo, passar a borracha no golpe e negociar as reformas. Dá em troca o desarme do combate grevista. E se a via indireta se impor definitivamente, o PT tanto pode boicotar passivamente em nome da legitimidade, como dar uma virada e participar das negociatas. Em ambos os casos, continuará sacrificando a luta pela derrubada integral das reformas.

É necessário alertar os explorados e sua vanguarda dos perigos de uma grande negociata. Levantar alto as bandeiras contra as reformas, o governo burguês e o imperialismo. Trabalhar pelo retorno imediato à greve geral, mais bem organizada, mais duradoura e mais potente. Trabalhar pela convocação das assembleias sindicais e populares. Trabalhar por organizar os comitês de base, unitários e de frente única sindical e anti-imperialista.